


## CONTRATO-PROGRAMA

ENTRE:

**MUNICÍPIO DE GRÂNDOLA**, pessoa coletiva número 506823318, com sede em Rua José Pereira Barradas, N.º 11, 7570-281 Grândola, devidamente representado pela Presidente da Câmara, António Jesus Figueira Mendes, casado, e domicílio, para estes efeitos na Rua Dr. José Pereira Barradas em Grândola, adiante abreviadamente designado por “MG”,

E

**INFRATRÓIA - INFRAESTRUTURAS DE TRÓIA, E.M.**, com sede social em Tróia, com capital social integralmente subscrito e realizado de EUR 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil euros) e com número único de pessoa coletiva e de registo comercial 505 263 963, aqui representada por José Aníbal Gomes Ferro de Carvalho, Casado, de nacionalidade Portuguesa, com o NIF número 122591984 e domicílio, para estes efeitos, em Rua da Aroeira, 7570-789, Freguesia do Carvalhal, Concelho de Grândola, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e João Pedro Pereira Nunes Madeira, Casado, de nacionalidade Portuguesa, com o NIF número 189143622 e domicílio, para estes efeitos, em Rua da Aroeira, 7570-789, Freguesia do Carvalhal, Concelho de Grândola, na qualidade de Vogal do Conselho de Administração adiante designada por “INFRATRÓIA”.

Doravante, conjuntamente designadas por Partes.

12

**CONSIDERANDO QUE:**

**A.** É da responsabilidade do MG, no respeitante ao concelho de Grândola, a gestão do sistema de abastecimento público de água, a gestão do sistema de saneamento básico, a gestão de resíduos urbanos e limpeza pública, a promoção e gestão de equipamentos coletivos e a manutenção de infraestruturas, designadamente a manutenção de redes viárias, espaços verdes, rede de iluminação pública, estacionamento públicos e vigilância, conforme resulta do disposto nas alíneas a), b), c), f) e l) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

**B.** O MG pretende criar e desenvolver as condições necessárias à gestão e manutenção do sistema de abastecimento público de água na Área de Desenvolvimento Turístico de Tróia, que permita uma moderna e ambientalmente responsável gestão de infraestruturas de abastecimento, a qual deve traduzir um empenhamento em introduzir, de forma adequada e tecnicamente atualizada, os diferentes aspetos relevantes para a prossecução da melhoria dos sistemas, tendo em vista a crescente necessidade de preservar, de forma sustentável, a qualidade da água fornecida, a saúde pública e o ambiente;

**C.** O MG pretende igualmente orientar o sistema de saneamento de águas residuais urbanas da mesma área para a otimização de todos os recursos, incentivando uma redução dos custos e uma minimização dos impactos ambientais e dos desperdícios no integral cumprimento da legislação e regulamentação inerente aos serviços e ao ambiente;

**D.** O MG está profundamente empenhado no desenvolvimento de infraestruturas de tratamento e deposição de resíduos urbanos da Área de Desenvolvimento Turístico de Tróia, no âmbito de uma política integrada de recolha seletiva e valorização de resíduos;

**E.** Nos termos da lei, a promoção e gestão de equipamentos coletivos, designadamente equipamentos desportivos, e estacionamento públicos, constitui a realização de um interesse geral, bem como constituem tarefas de gestão urbana a gestão, manutenção e conservação da iluminação pública, da rede viária, a gestão dos espaços verdes, das áreas de recreio e lazer e do mobiliário urbano, a limpeza urbana e das praias, bem como o licenciamento e fiscalização em matéria de publicidade, de ocupação do espaço público e da via pública, por

motivo de obras ou outros, e de ruído, de forma a dotar a Área de Desenvolvimento Turístico de Tróia de infraestruturas modernas e funcionais essenciais para fruição da população e, naturalmente, dos turistas, com a inerente projeção internacional;

**F.** A afirmação da ADT de Tróia, do Concelho de Grândola e da Região, como um destino turístico de referência em Portugal constitui um dos desígnios do Município de Grândola, o que implica uma exigência particular em todas as tarefas de interesse geral e de promoção do desenvolvimento local que lhe estão atribuídas;

**G.** Nestas condições e tendo em conta designadamente as dificuldades decorrentes do atual contexto económico, torna-se indispensável recorrer a esta parceria, mediante o aproveitamento de capital e do saber fazer de experiência dos privados na manutenção de infraestruturas e gestão integrada de serviços com a finalidade de potenciar as infraestruturas da Área de Desenvolvimento Turístico de Tróia e o seu crescimento económico e social;

**CONSIDERANDO AINDA QUE:**

**H.** Por deliberação da Assembleia Municipal de 5 de Janeiro de 2000 e por escritura lavrada pelo seu Notário Privativo em 12 de Abril de 2001, o MG criou a INFRATRÓIA, uma empresa municipal de capitais maioritariamente públicos, constituída nos termos previstos no regime jurídico do sector empresarial local, aprovado pela Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, a qual foi substituída pela Lei n.º 50 /2012, de 31 de Agosto, que a revogou;

**I.** O objeto da INFRATRÓIA compreende as atividades de realização, manutenção e gestão de serviços de interesse geral e de promoção do desenvolvimento local na Área de Desenvolvimento Turístico de Tróia.

**J.** Por realização em espécie da sua dotação de capital, o MG entrou para o património da INFRATRÓIA com os ativos fixos que constituem as redes de abastecimento de água e recolha de efluentes, águas residuais e águas pluviais do loteamento Soltróia – Sociedade Imobiliária de Urbanização e Turismo de Tróia, S.A. (adiante abreviadamente designada por “SolTróia”);



**K.** Por deliberação da CMG de 27 de Junho de 2001, foi transferido para a INFRATRÓIA o efetivo exercício das atividades para as quais foi constituída, relativamente à área que correspondia ao loteamento Soltróia, tendo sido deliberado (i) atribuir à INFRATRÓIA a gestão, manutenção e conservação das infraestruturas e redes urbanas de distribuição e abastecimento de água, de recolha e tratamento de esgotos domésticos e de águas residuais e pluviais e da rede de iluminação pública, bem como todos os serviços de interesse públicos conexos com tais atividades dos loteamentos da Soltróia; (ii) atribuir à INFRATRÓIA os serviços de contagem, faturação e cobrança dos consumos de águas e das taxas inerentes a esse consumo, segundo as tarifas em vigor, considerando cedida à mesma empresa a posição contratual da CMG, naquela data, em todos os contratos de fornecimento em vigor, incluindo todos os créditos da Câmara por fornecimentos já faturados e não cobrados; (iii) delegar na INFRATRÓIA os poderes respeitantes à prestação dos referidos serviços públicos, atribuindo ao pessoal da INFRATRÓIA, por ela devidamente credenciado, as prerrogativas de exercício de funções de autoridade que se tornem necessárias à prestação dos mesmos serviços públicos e (iv) delegar na INFRATRÓIA os poderes municipais de fiscalização do cumprimento do contrato de concessão celebrado entre o MG, como concedente, e a APROSOL, como concessionária, com exceção daqueles que relevem de autorizações formais do Município, incluindo a atribuição à Administração da INFRATRÓIA da representação do Município nas suas relações com a concessionária, com a faculdade de subdelegar;

**L.** A CMG aprovou o Auto de Receção Provisória das Obras de Urbanização de Tróia, Loteamentos 1, 2, 3 da UNOP 1 e Infraestruturas Gerais e, conforme estipulado no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 194/2009 de 20 de Agosto, aprovou em reunião ordinária datada de 3 de Dezembro de 2009 a delegação na INFRATRÓIA da gestão, manutenção e conservação das infraestruturas dos serviços municipais de abastecimento público de água, e drenagem de águas residuais, domésticas e pluviais, e, bem assim, a gestão de resíduos sólidos urbanos e equiparados produzidos na Península de Tróia e respetivo planeamento e fiscalização das operações daí decorrentes, abrangidos pelo mesmo decreto-lei e ainda da rede de iluminação pública, espaços verdes e limpeza urbana, bem como todos os serviços de interesse público conexos com tais atividades. Nos termos da referida delegação de competências foram ainda delegados na INFRATRÓIA os serviços de contagem, faturação e cobrança dos consumos de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos, segundo as tarifas em vigor no município, bem como os poderes respeitantes à prestação dos serviços públicos referidos, atribuindo ao pessoal da INFRATRÓIA, por ela devidamente credenciado, as prerrogativas de exercício de funções de autoridade que se tornem necessárias à prestação dos mesmos serviços públicos;

**M.** Por deliberação da Câmara Municipal de 4 de Junho de 2015, nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, foram delegados na Infratróia os poderes necessários à fiscalização do Código da Estrada e legislação complementar, bem como do Regulamento de Circulação e Estacionamento na ADT de Tróia, e ainda todos os poderes de fiscalização dos parques e áreas de estacionamento;

**N.** Por deliberação da Câmara Municipal de 19 de maio de 2016, foram ainda delegados na Infratróia as competências municipais de instalação, gestão, manutenção e cobrança de tarifas e taxas respeitantes às funções de regulação de atividades económicas, os poderes para aprovar as tarifas de utilização respeitantes aos serviços de interesse geral, bem como para liquidação e cobrança de todas as taxas, tarifas e preços aprovados por si, ou pelo Município na parte aplicável à ADTT, os poderes para emitir as certidões de dívida tendentes à instauração dos necessários processos de execução fiscal, os poderes relativos a licenciamento, fiscalização e processamento e aplicação de sanções em matéria de ruído na ADTT, os poderes relativos a permissões, fiscalização, instrução de processos contraordenacionais e aplicação de sanções em matéria de ocupação de espaços públicos e da via pública, e finalmente, os poderes relativos a permissões, fiscalização, instrução de processos contraordenacionais e aplicação de sanções em matéria de publicidade

**O.** Nos termos dos artigos 5.º, n.º 1, alínea f) e 6.º, n.º 1 alínea a) do Decreto-Lei n.º 229/2000, de 23 de Setembro, a INFRATRÓIA tem como fonte de financiamento específica para o desempenho das atividades que lhe estão cometidas a prestação de uma contrapartida, em cada ano, correspondente a 8% das receitas brutas declaradas dos jogos que lhe é devida pela entidade concessionária do exclusivo da exploração de jogos de fortuna ou azar na Península de Tróia, que é a sociedade Grano Salis – Investimentos Turísticos, Jogo e Lazer, S.A.

**P.** Foi aprovada uma alteração aos estatutos por deliberação da Assembleia Municipal de 29 de Abril de 2013.




**Q.** Nos termos do disposto nos artigos 45.º a 50.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, sendo a INFRATRÓIA uma empresa local de gestão de serviços de interesse geral e de promoção do desenvolvimento local, a prossecução dessas atribuições depende da celebração de contratos-programa com o MG.



É celebrado livremente e de boa-fé o presente contrato-programa, ao abrigo do disposto nos artigos 47.º e 50.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, o qual se rege pelas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA 1.ª**  
**(Objeto do contrato)**

1. O presente Contrato tem por objeto a definição da prestação de serviços de interesse geral e das tarefas de promoção do desenvolvimento local, pela INFRATRÓIA na Área de Desenvolvimento Turístico de Tróia, demarcada no Plano Diretor Municipal de Grândola.
2. A INFRATRÓIA assume, nos termos do presente contrato, dos seus estatutos e das delegações de competências aprovadas pelos órgãos competentes do Município de Grândola, os seguintes serviços de interesse geral, e as seguintes competências de promoção do desenvolvimento local na Área de Desenvolvimento Turístico de Tróia (ADTT):
  - a) Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e a gestão urbana na ADTT, incluindo a gestão, manutenção e conservação da iluminação pública, da rede viária, dos espaços verdes e do mobiliário urbano;
  - b) Gestão urbana na ADTT, incluindo o licenciamento e fiscalização em matéria de publicidade, de ocupação do espaço público e da via pública, por motivo de obras ou outros, e de ruído, bem como a gestão das áreas de recreio e lazer;
  - c) Promoção e gestão de equipamentos coletivos na ADTT, designadamente equipamentos desportivos;
  - d) Gestão e manutenção dos sistemas de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, bem assim como a prestação dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, na ADTT;
  - e) Limpeza pública na ADTT, incluindo a limpeza de praias;
  - f) Promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano na ADTT, designadamente a fiscalização dos parques e zonas de estacionamento público, incluindo os de duração limitada, e dos arruamentos integrados na ADTT e manutenção da respetiva sinalização;

- 
- 
- 
3. A gestão e manutenção dos serviços de abastecimento público de água, saneamento de água residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos são objeto de contrato de gestão delegada autónomo, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 194/2009 de 20 de Agosto, sendo-lhe aplicável o disposto no presente Contrato-Programa em tudo o que aí não esteja expressamente regulado.
  4. Salvo disposição em contrário, a gestão da prestação dos serviços e prossecução das competências referidos nos números anteriores é efetuada nos termos e disposições aplicáveis à sua gestão pelo MG. A gestão da prestação dos serviços e das competências de promoção de desenvolvimento local referidos nos números anteriores fica sujeita aos princípios referidos nos artigos 46.º e 49.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto.

## **CLÁUSULA 2ª**

### **(Infraestruturas e equipamentos)**

1. As infraestruturas e equipamentos que se encontram afetas à gestão da INFRATRÓIA, são as que se encontram identificadas no contrato de gestão delegada e as constantes do ANEXO I ao presente Contrato, que dele faz parte integrante.
2. As infraestruturas do domínio público municipal incluídas no Anexo I são afetas à Infratroia a título de concessão de exploração, sendo as restantes afetas a título de comodato.
3. As infraestruturas e equipamentos da propriedade da INFRATRÓIA são as constantes dos ANEXO II ao presente Contrato, que dele faz parte integrante.
4. A desafetação, por decisão do Município de Grândola, de qualquer infraestrutura ou equipamento afeto à Infratróia implica o pagamento de uma justa contrapartida a esta empresa.

## **CLÁUSULA 3ª**

### **(Metas e objetivos e seu incumprimento)**

1. No âmbito da prestação dos serviços e da prossecução das tarefas de desenvolvimento local, a INFRATRÓIA obriga-se atingir os objetivos identificados no **ANEXO III** ao presente Contrato, que dele faz parte integrante.
2. O incumprimento culposo das metas e dos objetivos previstos no número anterior, dá lugar ao pagamento de multas contratuais de montante variável entre um mínimo de 100

€ (cem euros) e um máximo de 1.000 € (mil euros), de acordo com a gravidade da conduta da INFRATRÓIA.

12

**CLÁUSULA 4.<sup>a</sup>**  
**(Receitas e compensações financeiras)**

1. Para além das receitas previstas no contrato de gestão delegada, a INFRATRÓIA tem direito à cobrança de receitas aos utilizadores pela prestação de serviços de estacionamento, e pelas permissões, licenças e autorizações que emitir, nos termos das competências que lhe foram delegadas pelo Município de Grândola, designadamente, em matéria de publicidade, de ocupação do domínio público e de ruído, bem como à receita resultante da aplicação de sanções cuja competência lhe esteja delegada
2. A INFRATRÓIA solicita ao Município de Grândola a aprovação das taxas e tarifas de utilização respeitantes aos serviços de interesse geral e às tarefas de gestão urbana referidos no número anterior que deverão respeitar o princípio do equilíbrio económico da exploração e da proporcionalidade, bem como as coimas.
3. Fica a INFRATRÓIA igualmente autorizada a inserir nos instrumentos jurídicos de obrigação de fornecimento de serviços, uma cláusula que atribua executoriedade às certidões de dívida que emita em relação ao incumprimento da obrigação de pagamento por parte dos destinatários do serviço.
4. O MG suporta os custos da eletricidade relativa à iluminação pública.
5. A INFRATRÓIA obriga-se a adotar sistemas de contabilidade analítica que permitam aferir o custo real da prestação de cada um dos serviços e das tarefas de promoção do desenvolvimento local a seu cargo, de modo a permitir a recuperação anual de todos os custos devidos para suportar a atividade, o respetivo equilíbrio económico-financeiro, a gestão eficiente e a acessibilidade dos serviços e infraestruturas pelos utilizadores.

**CLÁUSULA 5.<sup>a</sup>**  
**(Pessoal)**

1. No exercício da sua atividade, a INFRATRÓIA contratará, no respeito pela lei, o pessoal que entender necessário ao bom desempenho das suas tarefas, adquirirá os equipamentos



e instalará as infraestruturas necessárias ao mesmo fim, sem que tais contratos ou assunção de obrigações de alguma forma vinculem o MG.

2. Nos termos previstos nos estatutos, o pessoal, devidamente credenciado pela INFRATRÓIA e pelas autoridades que regulem os serviços de interesse geral delegados nesta empresa, deterá, nos termos da lei, as competências e prerrogativas de exercício de funções de autoridade que se tornem necessárias à prestação dos referidos serviços de interesse geral.

#### **CLÁUSULA 6.<sup>a</sup>** **(Duração)**

O prazo de duração do presente Contrato é de 25 (vinte e cinco) anos a contar da data da sua assinatura.

#### **CLÁUSULA 7.<sup>a</sup>** **(Modificação)**

1. O presente Contrato pode ser revisto ou modificado por acordo escrito e mediante iniciativa de qualquer das partes.
2. O MG poderá modificar unilateralmente o presente Contrato nos termos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

#### **CLÁUSULA 8.<sup>a</sup>** **(Resolução)**

O incumprimento, pela INFRATRÓIA, das obrigações emergentes do presente Contrato ou o desvio dos seus objetivos, nomeadamente os referentes às obrigações de serviço público, de universalidade de acesso, continuidade, regularidade e sujeição tarifária em toda a área de Desenvolvimento Turístico de Tróia, condição essencial do presente Contrato, constitui justa causa de resolução do mesmo.

#### **CLÁUSULA 9.<sup>a</sup>** **(Responsabilidade perante terceiros)**

1. O MG não assume, pelo presente Contrato, qualquer responsabilidade pelos prejuízos

que a sua execução pela INFRATRÓIA possa causar a terceiros.

2. O MG responde perante terceiros por danos causados pela INFRATRÓIA no desenvolvimento das atividades previstas no presente contrato e que constituam objeto de contrato de gestão delegada quando não haja seguro e esteja esgotado o património da INFRATRÓIA.

**CLÁUSULA 11.<sup>a</sup>**  
**(Cessão da posição contratual e subcontratação)**

1. A INFRATRÓIA não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do presente Contrato, sem autorização do MG.
2. A INFRATRÓIA pode, em todo o caso, contratar com terceiros subprestadores de serviços ou subcontratantes, a realização de parte das atividades inerentes às competências que lhe são atribuídas pelo presente Contrato que não lhe seja economicamente vantajoso desempenhar, desde que a INFRATRÓIA assuma a plenitude da responsabilidade pela atividade desenvolvida e pelo serviço prestado e ainda desde que sejam respeitadas as regras da contratação pública.

**CLÁUSULA 12.<sup>a</sup>**  
**(Arbitragem)**

Todos os litígios emergentes do presente contrato ou com ele relacionados serão definitivamente resolvidos por um Tribunal Arbitral de acordo com o Regulamento de Arbitragem do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa (Centro de Arbitragem Comercial), por 3 árbitros nomeados nos termos do Regulamento.

O presente Contrato é feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada outorgante, possui todas as suas folhas rubricadas e vai ser assinado.

Grândola, aos 17 de Outubro de 2016

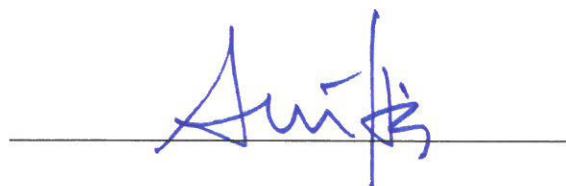
**MUNICÍPIO DE GRÂNDOLA**



**Nome:** António Jesus Figueira Mendes

**Qualidade:** Presidente do Município de Grândola

**INFRATRÓIA – INFRAESTRUTURAS DE TRÓIA, E.M.**



**Nome:** José Aníbal Gomes Ferro de Carvalho

**Qualidade:** Presidente do Conselho de Administração



**Nome:** João Pedro Pereira Nunes Madeira

**Qualidade:** Vogal do Conselho de Administração